

**PORTARIA PRESIDENCIAL Nº 052/2024- PRES - CAU/RJ, DE 12 DE ABRIL DE 2024.**

Designa gestor para as parcerias celebradas por meio de termo de colaboração, termo de fomento e/ou outros instrumentos de parceria, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ, no uso das atribuições legais previstas no artigo 35, inciso III da Lei nº 12.378/2010, bem como com fundamento nas disposições contidas no artigo 56 do Regimento Interno do CAU/RJ, e, ainda

Considerando o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores alterações e no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Tatiana de Souza Moura como gestora das parcerias celebradas por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016.

Art. 2º. Caberá, ainda, à gestora das parcerias:

- a. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b. emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final para fins de avaliação do cumprimento do objeto, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- c. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º. A gestora deverá se declarar impedida de participar do processo quando verificar que:



- a. tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público;
- b. seu cônjuge, seu companheiro ou qualquer parente seu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, participa ou tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou
- c. sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, nos termos da Lei 12.813, de 16 de maio de 2013.

§1º. A declaração de impedimento da gestora não obsta a continuidade do processo das parcerias celebradas entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública federal.

§2º. Na hipótese do §1º, a gestora impedida deverá ser imediatamente substituído por gestor substituto a ser nomeado oportunamente, que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 4º. Será ainda de competência da gestora das parcerias todos os atos designados pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 8.726/2016, legislações estas das quais deverá tomar prévio conhecimento.

Art. 5º. Revoga-se a Portaria Presidencial nº 024/2023 de 12 de junho de 2023.

Art. 6º. A presente Portaria entra em vigor a contar da data de sua assinatura.

Art. 7º. Dê-se ciência e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024.


Sydney Dias Menezes
Arquiteto e Urbanista
Presidente do CAU/RJ